

D. Antónia de Bragança: rede epistolar e estratégia pessoal

Pedro Urbano

Antónia Maria Fernanda Micaela Gabriela Rafaela de Assis Gonzaga Silvéria Júlia Augusta de Bragança e Bourbon Saxe-Coburgo-Gota nasceu quando no Palácio de Belém soava um quarto para as onze da noite do dia 17 de Fevereiro de 1845.

Era filha da Rainha de Portugal, D. Maria II (1819-1853), e de seu segundo marido, D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gota (1816-1885) e a sexta filha do casal, ainda que à data do seu nascimento, só existissem 4 irmãos sobreviventes: o Príncipe Real, futuro D. Pedro V (1837-1861), o secundogénito que viria a herdar o trono após a morte do anterior, Luís I (1838-1889), João, Duque de Beja (1842-1861) e D. Maria Ana (1843-1884). Era neta materna de D. Pedro IV (1798-1834), Rei de Portugal e 1º Imperador e de sua primeira mulher, a arquiduquesa de Áustria Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo-Lorena (1798-1826) e paterna de D. Fernando Jorge Augusto, Príncipe de Saxe-Coburgo-Gota (1785-1851) e D. Maria Antónia, Princesa de Kohary (1797-1862).

Três dias depois do seu nascimento foi baptizada, por caso de necessidade, pelo Cardeal Patriarca D. Frei Francisco de São Luís Saraiva (1766-1845), sendo os Santos óleos impostos em presença de seus pais e de toda a corte, no oitavo dia do mês de Abril seguinte. Os padrinhos foram seu irmão mais velho, o Príncipe D. Pedro e sua avó paterna, de quem herdaria o nome de Antónia, tendo tocado, por procuração, a tia-avó da neófita, D. Ana de Jesus Maria (1806-1857), infanta de Portugal e Duquesa de Loulé por seu casamento (Atestação 1845).¹

¹ Os Santos Óleos foram impostos por D. Guilherme Henriques de Carvalho (1793-1857), Bispo de Leiria e Cardeal Patriarca sucessor, por impedimento daquele.

D. Antónia não seria a última filha do casal. Seus pais dar-lhe-iam ainda mais cinco irmãos. Todavia, os únicos sobreviventes ao parto foram apenas dois, D. Fernando (1846-1861) e D. Augusto, duque de Coimbra (1847-1889).

A poucos meses de D. Antónia completar 9 anos, D. Maria II morre quando dava à luz um último filho, que também viria a falecer. Desta relação entre mãe e filha pouco se sabe, à excepção de um pequeno bilhete, datado de 22 de Abril, sem indicação de ano, onde Antonica, assim assinava D. Antónia na meninice, contava como tinha tirado um dente, sem gritar, e tinha uma roseira “*muito bonita*” (Bragança, s.d.).

D. Antónia, ainda que permanecendo na qualidade de infanta de Portugal, passava de filha de Rainha para irmã de Rei. D. Pedro, que então ascendia ao trono, viria a casar cinco anos depois com D. Estefânea de Hohenzollern-Sigmaringen (1837-1859), um principado católico, tornado independente após as guerras napoleónicas e anexado pela Prússia em 1849. Por ocasião deste casamento, D. Antónia conheceria aquele que viria a tornar-se seu marido, Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen (1835-1905) (Dias 2003: 198). A aproximação à Alemanha repetir-se-ia logo no ano seguinte, em Maio, com o casamento da sua irmã Maria Ana com o então Príncipe de Saxe, Jorge (1832-1904).

Na verdade, 1859 seria um ano de viragem na vida de D. Antónia. Para além do casamento da irmã, o seu irmão, o rei D. Pedro, ficava em Julho viúvo, tornando D. Antónia a primeira figura feminina da corte. Outrossim, no início do Outono chegava a Lisboa a futura mulher morganática de seu pai, a então actriz e cantora Elise Hensler (1836-1929) (Rebelo 2006) que se tornaria um tema recorrente nas cartas dirigidas ao irmão D. Luís.

Ainda em 1859, no mês de Dezembro, voltaria a reencontrar-se com Leopoldo que se dirigiu a Lisboa para devolver alguns objectos e bens pertencentes a sua falecida irmã, D. Estefânea (Dias 2003: 198).

Todavia, nada que se comparasse ao ano de 1861, quando perfaz 16 anos. É quando se festeja o seu casamento com Leopoldo e, inevitavelmente, deixa a corte portuguesa para se instalar definitivamente em Sigmaringen. A cerimónia de casamento verificou-se

a 12 de Setembro, no Palácio das Necessidades e por três dias a cidade de Lisboa rejubilou com vários festejos públicos.

A preparação do casamento iniciou-se meses antes. A 30 de Março era publicada a lei da dotação matrimonial, através da qual o Tesouro Público dotava a infanta com 90 contos de réis, para além de 30 contos para enxoval e despesas de casamento.² Era a mesma quantia recebida pela irmã Maria Ana aquando do casamento desta com o Príncipe Jorge da Saxónia (1832-1904)³ e, no contexto da época, não era uma quantia exorbitante: para o casamento do irmão D. Pedro orçamentou-se 100 contos de réis, mais do triplo do valor que lhe fora destinado. Já a dotação de 90 contos de réis, embora representasse mais de 30 anos da dotação anual de uma infanta (2 contos e 800 mil réis)⁴ representava apenas ano e meio de dotação das suas cunhadas D. Estefânea e D. Maria Pia, como rainhas de Portugal.⁵

O contrato nupcial fora redigido em Junho e aprovado pelas cortes em Julho. Embora tendo sido assinado pelos plenipotenciários de Hohenzollern-Sigmaringen, havia ainda que ser ratificado pelo Rei da Prússia, Guilherme I (1797-1888), o que aconteceu em Agosto (Ratificação 1861).

Seis dias após a concretização do casamento, D. Antónia deixa Portugal em direcção à sua nova pátria. O seu irmão, o infante D. Luís e Duque do Porto, foi incumbido pelo rei D. Pedro para proceder ao transporte dos noivos na corveta Bartolomeu Dias, levando debaixo das suas ordens a Corveta Estefânea, comandada pelo capitão de Fragata José Baptista de Andrade (Silva 1861). Para além dos referidos, acompanhava também o infante D. João, duque de Beja e o Príncipe Carlos (1839-1914), irmão do noivo e futuro rei da Roménia. Pouco se sabe dos restantes membros da comitiva, mas pelo programa do cerimonial de casamento, depreende-se que a sua dama camarista,⁶ D. Maria de Vasconcelos e

² Lei de 30 de Março de 1861 (Legislação 1862: 124).

³ Lei de 3 de Fevereiro de 1859 (Legislação 1860: 56-57).

⁴ Lei de 14 de Março de 1854 (Legislação 1855: 68-69).

⁵ Leis de 20 de Junho de 1857 (Legislação 1858: 162-164).

⁶ Não se apura se se trata de uma dama camarista da rainha ao serviço da infanta nesse dia, se em permanência.

Sousa⁷ ficara em Lisboa, uma vez que *“logo depois da celebração do casamento, as pessoas Allemãs destinadas para o serviço de Sua Alteza a Serenissima Princeza de Hohenzollern Sigmaringen entrarão em exercício junto da mesma Augusta Senhora.”* (Loulé 1861: 7).

A viagem decorreu sem incidentes de maior, apesar das constantes dores de cabeça da noiva, que fizeram alterar o percurso (Porto 1861).

Em solo germânico, a agora princesa receberia a notícia da morte dos seus irmãos Fernando e Pedro e, posteriormente, João, entre Novembro e Dezembro desse ano, vitimados pela febre tifóide (Dias 2003: 202). Em contrapartida, D. Luís saberia da morte do irmão primogénito ainda em alto mar. Tornava-se assim Rei de Portugal e, no ano seguinte, contraía matrimónio com Maria Pia de Sabóia (1847-1911), assegurando a descendência e sucessão do trono português.

D. Antónia foi igualmente bem sucedida no seu papel de princesa consorte ao garantir a sucessão do principado, dando à luz 3 crianças, a primeira das quais nasceria após ter completado 19 anos. Após o nascimento de Guilherme (1864-1927), o sucessor, seguir-se-ia Fernando (1865-1927), futuro Rei da Roménia e Carlos António (1868-1919).

Pouco se sabe acerca da vida de D. Antónia, sobretudo após a ida para a Alemanha. Sabe-se que visita Portugal entre 27 de Março e 19 de Maio de 1887, a última vez que vê o seu irmão dilecto, D. Luís, que faleceria em 1889, sucedendo o seu filho D. Carlos. De irmã de dois Reis, D. Antónia torna-se tia de Rei.

A partir da década de 1890 e até 1913 torna-se avó de 13 netos. A mais velha de todas, filha do seu primogénito, é D. Augusta Vitória (1890-1966), que viria a casar com o seu sobrinho-neto, o último rei português, então no exílio, D. Manuel de Bragança (1889-1932), em 1913, poucos meses antes de morrer, a 27 de Dezembro desse ano e após 8 anos de viuvez.

⁷ Poderá tratar-se de D. Maria de Vasconcelos e Sousa (1812-1875), filha primogénita de Afonso de Vasconcelos e Sousa da Câmara Caminha Faro e Veiga (1783-1827), terceiro Conde da Calheta e terceiro Marquês de Castelo Melhor.

É a partir dos 16 anos, quando casa e vai habituar para um reino longínquo e estrangeiro, cuja língua conhece pelas conversas com o pai e as paisagens pelas descrições da sua cunhada Estefânea, que inicia a correspondência com a corte portuguesa, naturalmente devido à distância e que nos permite, como sucede habitualmente com a correspondência das elites oitocentistas, reconstituir o seu trajecto biográfico, conhecer a sua rede de sociabilidades, bem como as suas vivências e sentimentos (Castillo Gómez 2014: 25-53). Na verdade, é através da correspondência que se pode conhecer as relações que articulam as redes sociais fora do círculo local (Imízcoz Beunza; Arroyo Ruiz 2011: 104).

De facto, a sua correspondência apresenta-se como um descodificador, não só da sua própria biografia, bem como da rede de relações que estabelece, nomeadamente com dois dos seus principais interlocutores e destinatários: o irmão, o Rei D. Luís e D. Teresa Saldanha da Gama (1842-1929), sua amiga de infância.⁸

D. Teresa era filha do 8º Conde da Ponte (1816-1874), D. João Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, que desempenhou o ofício de Vedor da Casa Real desde o final dos anos 50 do século XIX, o que explica esta proximidade à família real e a intimidade entre a sua filha e a infanta. Pelo lado materno, D. Teresa era filha de D. Teresa de Sousa Botelho (1814-1900), filha do 1º Conde de Vila Real, D. José Maria de Sousa Botelho (1785-1855), advogado, licenciado pela Universidade de Gottingen, ajudante-de-campo do Marechal Beresford e conselheiro da Embaixada de Portugal em Londres e filho do Morgado de Mateus, responsável pela edição dos *Lusíadas* de 1817. D. Teresa casou com João da Silva Ferrão de Castelo-Branco (1844-1886), de quem teve oito filhos, tendo enviuvado precocemente.

A rede desenvolvida a partir da figura de D. Antónia trata-se portanto de uma rede egocentrada. Não só permite e estimula o convívio entre os ausentes, como nela circulam recursos materiais ou se trocam, divulgam

⁸ São conhecidas, para além das cartas destinadas aos acima referidos, uma carta para a Mãe, a Rainha D. Maria II, seis para o Pai, o Rei D. Fernando e três para o sobrinho, o Rei D. Carlos. IANTT, Casa Real, Caixas 7321, 7324 e 7355.

e promovem ideias e informações, mas também se estabelecem vínculos estratégicos de cooperação e influência (Imízcoz Beunza; Arroyo Ruiz 2011: 101. Bello Vázquez 2007: 87).

A análise da correspondência de D. Antónia permite constatar a existência de trocas, fossem elas materiais ou simbólicas, como acontece genericamente com a correspondência das elites europeias oitocentistas. De facto, esta análise permite avaliar os objectos que D. Antónia envia para Portugal, devidamente expedidos em caixas (Bragança 1879): para o irmão D. Luís, a cunhada ou a amiga D. Teresa: jóias, um painel pintado por si, um leque, pequenas lembranças ou uma simples flor típica dos Alpes, a *edelweiss* (Bragança 1878; 1887b, 1865. Castelo Branco 2013: 173). Estes pequenos presentes serviam o propósito de recordar diariamente a presença de quem a ofertava “*espero que tragas todos os dias e que te lembres desta tua amiga*” (Castelo Branco 2013: 175) D. Antónia não queria ser esquecida e pretendia igualmente vincar os vínculos afectivos: “*é o maior prazer para mim poder te mostrar quanto gosto de ti.*” (Bragança 1887b).

Em contrapartida chegavam a Sigmaringen oriundos de Portugal produtos variados: jóias (Bragança 1885a), objectos com valor sentimental como a cópia do retrato da Mãe, objectos que tenham pertencido ao Pai ou um leque pintado pelo irmão (Bragança 1884, 1885c).

Grande parte dos produtos recebidos eram pedidos por D. Antónia, quer se tratassem retratos da família (Bragança, 1871, 1887a), bem como de “*todas as pessoas que eu conheço*” (Castelo Branco 2013: 170), ou de livros portugueses. Quanto a estes queixava-se da falta de oportunidade de ler na língua pátria e de não estar a par da literatura portuguesa (Bragança 1885a).

Desses pedidos faziam parte também fauna e flora, nomeadamente cavalos para serem utilizados como meio de transporte (Bragança 1885b) ou pássaros vivos, para a sua colecção (Bragança 1879), mas também orquídeas e fetos do Brasil, remetidos por D. Francisco de Melo Breyner (1837-1903), quarto Conde de Ficalho, Mordomo-mor da Casa Real, Catedrático da Escola Politécnica de Lisboa, eminente botânico e

fundador do Jardim Botânico (Bragança 1887e); plantas do jardim do Palácio da Ajuda; sementes dos jardins e tapadas régias(Bragança 1887e) ou ainda frutas, tais como “*as óptimas tangerinas portuguesas, que me sabem perfeitamente*” (Castelo Branco 2013: 159).

As trocas podiam não ser materiais. Na verdade, eram-no sobretudo simbólicas. Na verdade, era frequente o pedido de detalhes sobre as pessoas deixadas em Portugal bem como de vários assuntos, nomeadamente a partilha de conhecimentos científicos, culturais, e artísticos.

Um, em particular, unia os dois irmãos: as técnicas artísticas. Amantes de pintura, D. Antónia dava-lhe conta das técnicas que utilizava, fosse a óleo(Bragança 1869), em faiança(Bragança 1878), ou em estilo iluminura, em livro(Bragança 1885a). A literatura, em particular uma das ocupações preferidas do irmão, a tradução das obras de Shakespeare (Bragança 1884) era também alvo do interesse da irmã, bem como a música, que dava conta ao irmão daquilo que estudava, nomeadamente Wagner e Chopin (Bragança 1884).

As questões de saúde eram um tema recorrente da correspondência oitocentista. No entanto, na correspondência de D. Antónia assistimos não apenas à descrição das suas maleitas, como também à descrição dos tratamentos médicos a que era sujeita, fosse o caso da medicação propriamente dita (Bragança 1886b), como de outro tipo de tratamentos, tais como a ginástica sueca (Bragança 1886b), sistema criado por Pehr Henrik Ling (1776-1836).

Assiste-se, portanto, à troca de informações e conseqüente divulgação sobre diversos saberes, que poderiam interessar ao destinatário, dando-lhe conta de possíveis novidades. A partilha de conhecimento científico e cultural permitia a difusão desse conhecimento para fora das fronteiras nacionais, possibilitando um campo cultural comum independente daquelas.

A distância e o estatuto dos interlocutores favorecia igualmente a troca de informações políticas, nomeadamente a nível da diplomacia e dos confrontos existentes, nomeadamente da guerra russo-turca de 1877-78 (Bragança 1878), na qual o cunhado de D. Antónia, Carlos da Roménia

estava como militar, e da guerra servo-búlgara de 1885, para a qual os dois filhos oficiais poderiam ser chamados (Bragança 1885b). Evidentemente, a existência de familiares próximos junto aos conflitos despertavam ainda mais a sua atenção. Porém, esta troca de informações, ainda que não fosse deliberada, permitia que o Rei de Portugal estivesse informado do que se passava além-fronteiras, não só dos conflitos, bem como das tensões existentes, por exemplo, entre França e a Alemanha, já em 1887 (Bragança 1887c).

A política nacional era também motivo de interesse por parte de D. Antónia, especialmente um assunto concreto: a imagem pública da cunhada, a Rainha D. Maria Pia.

Em cartas a D. Teresa, sobretudo no ano de 1865, a infanta demonstra algum desagrado relativamente à cunhada, nomeadamente achando-a mal-educada e perdida (Castelo Branco 2013: 163-164), extravagante e uma grande desgraça (Castelo Branco 2013: 170-171).

Esta sua opinião deve ter-se mantido mais ou menos secreta junto ao irmão, até 1869, quando D. Maria Pia visita a Alemanha e, entre outras coisas mal vistas pela corte de Baden, que D. Antónia não especifica, faz a irmã do sogro, Annunziata Karoline Joachime Antoinette Amalie Hohenzollern-Sigmaringen (1810-1885) esperar 5 horas até ser recebida por si.

O caso, gravíssimo aos olhos de D. Antónia, obriga-a a dar conhecimento ao irmão, embora de forma muito delicada: *“Venho-te hoje falar de uma coisa difícil para mim, mas que acho do meu dever pois todos falam disso (...) não me leves a mal (...) pois eu sou tão tua amiga, tu bem o sabes mesmo se não mo mostras”*. A justificação, no entanto, não é apenas a má impressão causada; é a de que isso *“faz-me quase doente essas coisas, pois sou muito Portuguesa”* (Bragança 1869). Isto significa que não era apenas a má imagem da Rainha de Portugal (e consequentemente do Reino de Portugal), mas também o facto de isso contribuir para a má imagem da própria infanta D. Antónia junto da sua família e da corte alemãs.

Quase 20 anos mais tarde, e depois da visita a Portugal no final dos anos 80, a infanta já se sentia mais confiante para criticar abertamente a cunhada junto do irmão, em particular as despesas e gastos efectuados

por esta e noticiados nos jornais:⁹ *“Nos jornais li que a X tinha encomendado 3 cavalos árabes e 2 cães; não me parece provável sobretudo se quer fazer melhoras nas suas finanças com essas despesas”* (Bragança 1887c), bem como os gastos com vestidos: *“Espero que o empréstimo¹⁰ para X seja bastante e que ela não gaste ainda mais depois, a falar a verdade tem vestidos para anos e anos, quasi para a vida”* (Bragança 1887d).

O gosto pelos vestidos e toiles de D. Maria Pia era já conhecido havia muitos anos por D. Antónia. Quem lhe dera conhecimento fora D. Teresa, pelo menos desde 1865: *“É uma ocupação terrível isso de toilettes. Se ela gosta tanto de toilettes, porque não faz vestidos para o pequeno¹¹?”* (Castelo Branco 2013: 163-164) Porém, a crítica de D. Antónia não era dirigida aos vestidos, mas sim aos gastos que representavam: *“Ela tem ideias bem extravagantes. É uma grande desgraça, sobretudo com o génio do mano Luiz. Eu não gosto de gente avara, mas economia é necessário em todas as casas, mesmo nas mais ricas”* (Castelo Branco 2013: 171).

A proximidade ao soberano português permitia a D. Antónia pedir mercês e outras distinções, nomeadamente ordens honoríficas para cidadãos alemães (Bragança 1871, 1883), mas também de outras nacionalidades, nomeadamente francesa (Bragança 1865). Este pedido geralmente era dirigido directamente a D. Antónia, que o fazia chegar ao irmão, ou por interposta pessoa, como o caso do Rei Carol I da Roménia (1839-1914), cunhado de D. Antónia, a favor de pessoas da sua confiança que pretendia recompensar pelos seus serviços (Bragança 1879).

D. Antónia funcionava assim como um elo de ligação da rede entre as suas relações ou as relações da sua família alemã com o irmão e Rei, redistribuidor de graças e mercês.

Porém, os pedidos podiam surgir de Portugal e utilizar como intermediário D. Antónia. O que contava não era a proximidade geográfica, mas a proximidade ao Rei. Assim se explica o pedido de D. Antónia ao irmão, a rogo de D. Teresa Saldanha da Gama. Viúva e com

⁹ Não há indicação de qual a nacionalidade desta imprensa periódica em particular.

¹⁰ Provavelmente refere-se a um adiantamento do Ministério da Fazenda à Casa Real, por conta da dotação. Acerca desta questão *vide* URBANO 2014.

¹¹ Príncipe D. Carlos, futuro Rei de Portugal (1863-1908).

vários filhos, escreve à infanta para interceder por ela junto da sua sobrinha por afinidade, a recém-casada Princesa de Orleães D. Amélia, mulher do então Príncipe Real Duque de Bragança D. Carlos. O objectivo era que esta intercessão permitisse que D. Teresa fosse nomeada Dama da Rainha ou aia da criança que, à data da redacção da carta, estava quase para nascer: o Príncipe Real D. Luís Filipe (1887-1908). Para além de questões de prestígio que o desempenho do cargo proporcionava, uma Dama Camarista recebia um vencimento anual de 486\$000, que no caso de estar ao serviço dos Príncipes ascendia a 1200\$000 anuais. Além disso, uma vez que se tratava de um cargo com serviço efectivo e a residência no Paço, permitia a quem o desempenhasse o acesso directo aos soberanos e, conseqüentemente, às suas benesses e mercês. Essa nomeação, no entanto, viria a ocorrer após a morte de D. Luís e a subida ao trono de D. Carlos. De facto, no início do ano de 1890 a Camareira-mor, D. Maria Luísa de Sousa Holstein, Duquesa de Palmela (1841-1909) sugere entre vários nomes, o de D. Teresa Saldanha da Gama e o de sua irmã, solteira, D. Isabel Saldanha da Gama, sobre quem recaía, no entanto, a escolha (Urbano 2014: 161-179).

Neste processo, D. Antónia demonstra a diferença de relação e afecto relativa à sua amiga de infância D. Teresa. De facto, nas cartas que lhe dirige, ainda na década de 60, procura cativar a amiga através da confiança pessoal:

“Tive hoje um grande gosto, pois recebi uma cartinha tua, mas só com bastante pena que não me trates por tu. O que quer dizer isso? Não tens ainda bastante confiança comigo para me tratares por tu? Eu peço-te que o faças, será um grande gosto para mim.” (Castelo Branco 2013: 159)

Porém, 20 anos volvidos percebe-se que a relação entre ambas ou esfriara, ou que a demonstração de afecto por parte de D. Antónia tinha afinal um objectivo prático de cativar a amiga, para que esta fizesse parte da sua rede de influência e funcionasse como um peão na agenda pessoal da própria infanta, nomeadamente na de olhos e ouvidos no que se passava na corte e, em particular na Família Real. Na verdade, em carta ao irmão, a propósito do pedido de D. Teresa, D. Antónia refere

que *“não quis secar a Amélia com isto por isto só escrevo para ter a minha consciência livre”* (Bragança, 1887a).

A necessidade de ter olhos e ouvidos no que se passa na corte Portuguesa prende-se também com um assunto que a vai preocupar sobremaneira, por razões emocionais, mas também materiais, nomeadamente o casamento morganático de seu pai, o rei D. Fernando.

É exclusivamente com o irmão que a questão é abordada, após o casamento do pai, numa carta em que a infanta demonstra estar contente pelo enlace, mas confessando ter-lhe feito *“princípio grande impressão”* (Bragança 1869).

Mais de uma década passada, por ocasião da visita iminente de D. Fernando à Alemanha, acompanhado por Elise, D. Antónia é obrigada a conhecer pessoalmente a madrastra, mas queixa-se ao irmão: *“quando penso na nossa excelente mãe, corta-me no coração”*. Nesta ocasião refere pela primeira vez a cunhada, a Rainha D. Maria Pia, com algum agrado, por esta partilhar desgosto relativamente à condessa de Edla: *“a Maria conta-me muito de todas essas coisas tão tristes como tudo mudou desde os 22 anos que não tornei a ir ao meu querido Portugal.”* (Bragança 1883).

Esta demonstração de afecto por D. Maria Pia, contrária ao que tinha sido demonstrado noutras ocasiões, quer a D. Teresa Saldanha da Gama, quer ao irmão, iria repetir-se posteriormente, quando dá conta a este de como a condessa teria tentado difamar a D. Maria Pia junto de si, durante a visita atrás referida:

“ela fez tudo quanto pode para desacreditar a Maria, nunca me esquecerei da cena que tive com ela a última vez que ela esteve aqui, em que lhe disse que a Maria me tinha agradado como raras vezes alguém e que ela me disse a rainha fala sempre segundo as pessoas com quem está e lhe respondi que nunca deixaria dizer atrás das costas coisas de minha Irmã”. (Bragança 1886c)

A alteração de opinião relativa à cunhada, para além da diferença temporal entre as manifestações de opinião contrárias, pode também explicar-se pela sua própria agenda pessoal. Ao opôr-se à madrastra, procura apoios, nomeadamente na cunhada, cuja antipatia pela condessa d'Edla era notória e conhecida na corte portuguesa. Ao

aproximar-se desta, estava também a aproximar-se do irmão, a quem importava convencer contra a condessa.

O descontentamento relativo a esta prendia-se também com questões materiais. Por conseguinte, ainda em vida de D. Fernando, a questão da herança foi abordada por D. Antónia em carta ao irmão, nomeadamente o destino das jóias que haviam pertencido a D. Maria II:

“Que complicações terá a sua morte: pois isto já te tinha querido escrever; eu passo decerto um processo à E[dla] se ela guardar as jóias que eram da nossa Mãe não tenho medo de lhe fazer sensaborias, (...) que pena me fez ver coisas que pertenciam à Mãe sobre ela” (Bragança 1885a).

Após a morte de D. Fernando, obviamente que as questões relativas à herança voltaram a surgir. Este não teria deixado nada aos filhos, para surpresa de D. Antónia: *“que coisas tristes há neste mundo, nunca pensaria que meu Pai nem mesmo nos deixasse uma lembrança”*(Bragança 1886c). A questão é entregue aos tribunais e, uma vez que o irmão de ambos, D. Augusto, se manteria ao lado da Condessa, D. Antónia procura desacreditá-lo junto de D. Luís: *“o Augusto infelizmente tem pouco juízo e como todas essas pessoas é muito teimoso”* (Bragança 1886c) e *“muito tolo ou muito depravado, não sei ainda o que é em geral creio que não tem nenhuma afeição pela sua família”* (Bragança 1887d)

Outra linha de acção é, naturalmente, acicatar o ódio do irmão à condessa, por um lado, difamando-a *“esta mulher envenena tudo o que ela pode. Por uma carta de pessoa bem instruída soube que a Edla semanas antes do pobre pai ter morrido mandou caixotes com coisas de valor fora das Necessidade, não sei se tu o sabes, talvez seja de interesse.”* (Bragança 1886c). Por outro lado, procura influenciar o irmão para que expulsasse a Condessa do Palácio das Necessidades, onde esta continuava a residir após a morte de D. Fernando, alegando que uma futura nora não gostaria de partilhar um palácio com a Condessa:

“não te deixes guiar só pelo teu excelente coração é necessário quando se tem filhos de pensar neles, não há tantos palácios em Portugal, os teus filhos hão-de casar e creias no que te digo, nenhuma Princesa há de querer morar na mesma casa em que a Condessa habita e passo-te a dizer que se eu for a Lisboa nunca

farei visita à Condessa; todos os égards que tive para ela foram naturalmente somente por causa do nosso Pai” (Bragança 1885c).

A manutenção da proximidade ao irmão não se prendia exclusivamente pelos assuntos relacionados com Portugal. Na verdade, a preservação de redes de solidariedade com o reino de origem era, para uma princesa, uma forma de apoio no reino de acolhimento. O diálogo estabelecido entre remetente e destinatário, sobretudo na correspondência familiar de autoria feminina era necessário para gerar afectos e interesses do grupo familiar (Poublan, 1998 : 203).

Durante os primeiros anos de afastamento da Corte Portuguesa e da sua família, as tentativas de D. Antónia reatar as redes com esse nodo revelaram-se algo infrutíferas:

“Há que anos que não tenho carta tua, espero que não te admires se eu não te escrevo pois nunca tenho resposta, o que no principio me custou muito mas agora começo a acostumar-me ao que não se pode mudar mas faz me muita pena de nunca saber nada de vocês, de quem eu gosto mais do que pensas; bem diz o ditado loin des yeux loin du coeur, nunca pensei que seria possível entre Irmãos mas é bem verdade” (Bragança 1871).

A morte do pai e a próxima visita de D. Antónia a Portugal em 1887 teriam aproximado sobremaneira os dois irmãos: *“Não sei deveras como te hei de agradecer por tanta bondade para comigo, não sou quase digna de tudo o que fazes por mim se não for pelo grande amor que tenho por ti meu melhor amigo” (Bragança 1886b).*

Esta aproximação permitiu que D. Antónia confidenciasse ao irmão algumas questiúnculas familiares, nomeadamente com a sogra, Josefina de Baden (1813-1900): *“A minha Sogra partiu à 8 dias e então a vida é mais fácil” (Bragança 1887c).*

Esta animosidade da sogra para consigo foi revelada detalhadamente por carta a D. Luís e teria começado logo nos primeiros anos de casamento de D. Antónia, quando então foi morar com os sogros (Bragança 1887d), mas ter-se-ia mantido ao longo de diversos anos. Por essa razão, D. Antónia chega a pedir a D. Luís que corrobore uma pequena mentira acerca de umas jóias que comprou:

“Ainda tenho um pedido para ti eu tenho algumas jóias que tive de comprar mas a minha sogra sempre me pergunta donde eu tenho as coisas e logo faz histórias então disse-lhe diante do Leopoldo que tu as tinhas mandado faz como se fosse assim senão terei sensaborias em geral ela mete-se em tudo por isso às vezes se nem por força a dizer coisas que não são verdade o que não é o meu género.” (Bragança 1887a).

A proximidade à família portuguesa revelava-se também no reforço da ideia das saudades não só da própria família, como da Pátria e do povo português: *“As saudades que tenho de ti de tudo o que é português aumentam com o tempo que é a Pátria que temos e como os Portugueses são bons”* (Bragança 1887c). *“Espero que os portugueses ainda pensem um pouco em mim de quem eu tenho tantas e tantas saudades”* (Bragança 1887c).

O esforço em lembrar as suas origens portuguesas é constante, numa tentativa de estabelecer um elo de união com o irmão, ao desenvolver as entidades pessoais e familiares, mas também da própria pátria comum (Castillo Gómez, 2002: 101). Muito embora as princesas adoptassem como sua a pátria do marido, D. Antónia preocupa-se em demonstrar qual o seu berço. Algumas vezes, a intensificação das suas origens portuguesas era feita em contraposição à nova nacionalidade: *“não penses que por ser muito alemã sou menos portuguesa, não seria possível gostar mais do seu país natal do que eu o posso”* (Bragança 1885b). Na realidade, as diferenças entre as duas pátrias eram significativas, nomeadamente a falta de empatia e caridade que sentia no lado alemão e que lhe terão marcado o seu percurso de vida de forma negativa:

“tenho sofrido muito duma espécie de gelo que há nos corações alemães que nunca tem a mesma caridade do que o coração dos meus bons e queridos portugueses, tenho às vezes medo de me sentir tão dedicada ao meu País, só agora depois de lá ter estado é que sei apreciar os portugueses, quando saí de Portugal era muito moça, quase criança, tudo me saía não pensava que pudesse achar menos anos na minha nova Pátria, tudo me parecia risonho, até à morte dos meus pobres irmãos, desde então comecei a sofrer sozinha, ninguém na minha nova Pátria conhecia meus Parentes eram estrangeiros para todos, se estava triste mostrava demais o que sentia, se ria fazia bulha demais, assim se foi formando o meu carácter e com 19 anos já tinha sentido mais aspereza da vida do que muitos toda a sua vida.” (Bragança 1887d).

A correspondência de D. Antónia de Bragança com o irmão D. Luís e a amiga D. Teresa Saldanha da Gama é o exemplo de uma rede egocentrada na figura da própria infanta, através da qual circulam produtos e bens culturais, mas também se divulga conhecimento científico e artístico. Transmitem-se notícias relativas à política nacional e internacional e promovem-se afectos, muitas vezes com o intuito de promover pedidos, de forma notória ou velada, fossem para si, como o de alguns bens materiais, ou para outros, como as ordens honoríficas. A afectividade demonstrada assume-se na maior parte das vezes confiança e intimidade que se pretende estabelecer com o destinatário, bem como pela demonstração de saudades.

O recurso à intriga e à insídia, através da demonstração das diversas formas de afectividade, parece ter sido uma das formas utilizadas subrepticamente por D. Antónia para fazer cumprir a sua própria agenda pessoal, nomeadamente em assuntos do seu interesse, tais como a questão da madrasta ou da sogra. Os objectivos que D. Antónia pretende atingir para seu próprio benefício são essencialmente perceptíveis com o confronto da correspondência de um e outro destinatário, que funcionam como um descodificador dessa agenda e, em última análise, da própria rede. É, pois, na pluralidade das relações estabelecidas que se conhece a totalidade da rede e o próprio nodo central da mesma, contribuindo para a percepção mais completa de D. Antónia de Bragança.

Bibliografia

Bello Vázquez, Raquel, (2007): «A correspondência na segunda metade do século XVIII como espaço de sociabilidade». *Romance notes*, vol. XLVIII, number I, 2007, pp. 79-89.

Atestação de Baptismo (1845). Biblioteca da Ajuda (Lisboa), BA – 54- XIII – 28, nº 54.

Silva, Carlos Bento (1861): *Ordens do Ministro da Marinha e Ultramar, para o Duque do Porto*. BA – 54 – XIII – 31, nº 23.

Bragança, D. Antónia de (1865): *Carta para D. Luís, Sigmaringen, 13 de Julho*. IANTT, Casa Real, 16/310/30.

Bragança, D. Antónia de (1869): *Carta para D. Luís, Sigmaringen, 7 de Agosto*. IANTT, Casa Real, 16/310/34.

Bragança, D. Antónia de (1871): *Carta para D. Luís, Imau 31 de Julho*. IANTT, Casa Real, 16/310/36.

Bragança, D. Antónia de (1878): *Carta para D. Luís, Sigmaringen, 10 de Dezembro*. IANTT, Casa Real, 16/310/34.

Bragança, D. Antónia de (1879): *Carta para D. Luís, Sigmaringen, 27 de Janeiro*. IANTT, Casa Real, 16/310/40.

Bragança, D. Antónia de (1883): *Carta para D. Luís, Sigmaringen, 2 de Agosto*. IANTT, Casa Real, 16/310/92.

Bragança, D. Antónia de (1884): *Carta para D. Luís, Merau, 16 de Novembro*. IANTT, Casa Real, 16/310/44.

Bragança, D. Antónia de (1885a): *Carta para D. Luís, Merau, 10 de Abril*. IANTT, Casa Real, 16/310/45.

Bragança, D. Antónia de (1885b): *Carta para D. Luís, Sigmaringen, 28 de Novembro*. IANTT, Casa Real, 16/310/46.

Bragança, D. Antónia de (1885c): *Carta para D. Luís, Sigmaringen, 31 de Dezembro*. IANTT, Casa Real, 16/310/47.

Bragança, D. Antónia de (1886a): *Carta para D. Luís, Sigmaringen 26 de Outubro*. IANTT, Casa Real, 6/310/51.

Bragança, D. Antónia de (1886b): *Carta para D. Luís, Sigmaringen 26 de Outubro*. IANTT, Casa Real, 16/310/51

Bragança, D. Antónia de (1886c): *Carta para D. Luís, Sigmaringen, 5 de Janeiro*. IANTT, Casa Real, 16/310/48.

Bragança, D. Antónia de (1887) *Carta para D. Luís, Baden Baden, 26 de Outubro*. IANTT, Casa Real, 16/310/62.

Bragança, D. Antónia de (1887a): *Carta para D. Luís, Cannes, 13 de Março*. IANTT, Casa Real, 16/310/56.

Bragança, D. Antónia de (1887b): *Carta para D. Luís, Cannes, 6 de Dezembro*. IANTT, Casa Real, 16/310/62.

Bragança, D. Antónia de (1887c): *Carta para D. Luís, Sigmaringen, 1 de Julho*. IANTT, Casa Real, 16/310/59.

Bragança, D. Antónia de (1887d): *Carta para D. Luís, Sigmaringen, 10 de Julho*. IANTT, Casa Real, 16/310/60.

Bragança, D. Antónia de (1887e): *Carta para D. Luís, Sigmaringen, 30 de Julho*. IANTT, Casa Real, 16/310/57.

- Bragança, D. Antónia de (s.d.): *Carta para D. Maria II, 22 de Abril*. IANTT, Casa Real, Caixa 7321, capilha 32.
- Castelo Branco, Thereza de, (org. e coord.) (2013): *D. Maria Thereza de Sousa Botelho Condessa da Ponte e suas filhas. Correspondência 1834-1880*. Lisboa, Alêthea Editores.
- Castillo Gómez, António (2002): «Del Tratado a la práctica. La escritura epistolar en los siglos XVI y XVII», Sáenz, Carlos, Castillo Gómez, António (ed.): *La correspondência en la Historia. Modelos y praticas de la escritura epistolar. Actas del VI congreso internacional de Historia de la cultura Escrita*, vol, 1, Calambur, pp. 79-107.
- Castillo Gómez, Antonio (2014) «Sociedad y cultura epistolar en la Historia, (siglos XVI-XX)», Castillo Gómez, Antonio; Sierra Blas, Verónica. *Cinco Siglos de cartas, Historia y prácticas epistolares en las épocas moderna y contemporânea*, Huelva, Universidad de Huelva, pp. 25-53.
- Dias, Marina Tavares (2003): *Lisboa Desaparecida*. vol. VIII, Lisboa, Quimera.
- Ratificação pelo Rei da Prússia do contrato matrimonial em 16 artigos e um separado, da Infanta D. Antónia com o Príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen*, 2 de Agosto de 1861. IANTT, Tratados, Casamentos, cx 6, nº1.
- Imízcoz Beunza, José María; Arroyo Ruiz, Lara (2011): «Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradadas». *REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales*, Vol. 21, #4 Diciembre 2011, pp. 98-138.
- Colecção Oficial de Legislação, Ano de 1854* (1855). Lisboa, Imprensa Nacional.
- Colecção Oficial de Legislação, Ano de 1859*, (1860). Lisboa, Imprensa Nacional.
- Colecção Oficial de Legislação, Ano de 1861*, (1862). Lisboa, Imprensa Nacional.
- Colecção Oficial de Legislação, Ano de 1857*, (1858). Lisboa, Imprensa Nacional.
- Loulé, 1º Duque de (1861): *Programma do ceremonial approvedo por decreto real para as festividades do consorcio da serenissima Princeza de Portugal Dona Antonia e do serenissimo Principe Hereditario de Hohenzollern Sigmaringen*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Porto, Duque do, D. Luís, *Diário da viagem da Infanta D. Antónia*, 1861, BA – 54 – XIII – 31, nº 12.
- Poublan, Danièle (1998) :«Écriture et role social – la Place des femmes dans une correspondance familiale au XIXe siècle»- PLANTÉ, Christine (dir.): *L'epistolaire, un genre feminin?*, Paris, Honoré Champion, pp. 201-219.
- Rebello, Teresa (2006): *Condessa d'Edla: a cantora de ópera quasi rainha de Portugal e de Espanha*. Lisboa, Alêtheia Editores.
- Urbano, Pedro (2016): *“Nos bastidores da Corte”: O Rei e a Casa Real na crise da Monarquia 1889-1908*. Lisboa, Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do graus de Doutor em História,

especialidade História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.